SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.33956/rr0yqs39

# PRIVILÉGIO E AUTOIMAGEM DOS MILITARES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: APOIO AO GOVERNO FEDERAL SOB O SACRIFÍCIO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

José Pedro de Castro da Rocha, Wesley Sousa Sampaio

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

Submetido em: 2024-09-07
Postado em: 2024-09-09 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

# PRIVILÉGIO E AUTOIMAGEM DOS MILITARES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: APOIO AO GOVERNO FEDERAL SOB O SACRIFÍCIO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

**AUTOR/A 1, José Pedro de Castro da Rocha**
**ORCID: https://orcid.org/0009-0004-8877-6037**
**<josepedro.rocha@aluno.uece.br>**
**Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará (CE), Brasil.**
**AUTOR/A 2, Wesley Sousa Sampaio**
**ORCID: https://orcid.org/0009-0008-3939-5886**
**<wesley.sampaio@aluno.uece.br>**
**Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará (CE), Brasil.**

**RESUMO:** A autoimagem supervalorizada dos militares brasileiros é moldada por sua formação e suas práticas simbólicas, que lhes garantem privilégios em relação aos civis. As Forças Armadas (FA), modernizadas sob um capitalismo dependente, enfrentam dilemas identitários que as levam a intervir em questões como segurança pública e saúde, amparadas por uma Política Nacional de Defesa (PND) que vê ameaças tanto externas quanto internas. Durante a pandemia da Covid-19, as FA enfrentaram tensões com o Governo Federal (GF) ao apoiarem decisões que minimizaram a gravidade da crise sanitária, como a nomeação do general Pazuello ao Ministério da Saúde, que adotou uma postura submissa às diretrizes negacionistas do presidente Bolsonaro, em contraste com seus antecessores. Além disso, o vice-presidente Mourão priorizou a alocação de recursos para a Força Aérea, mesmo após a crise de respiradores em Manaus. Parentes de militares também foram implicados em fraudes relacionadas ao auxílio emergencial e ao atraso na compra de vacinas. A pesquisa qualitativa conduzida envolveu a análise de artigos acadêmicos, documentos jornalísticos e arquivos públicos, revelando que as FA optaram por manter seus privilégios e autoimagem, contribuindo para uma política que expôs a população ao risco de morte pela Covid-19. A pesquisa se insere nos Estudos de Defesa, evidenciando as relações entre civis e militares, a militarização da política e a intervenção militar contínua, que perpetua interesses coloniais e impede o desenvolvimento social independente do Brasil.

**Palavras-chave:** forças armadas, pandemia de covid-19, governo bolsonaro, autoimagem, privilégios militares

# PRIVILEGE AND SELF-IMAGE OF THE MILITARY DURING THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL: SUPPORT TO THE FEDERAL GOVERNMENT UNDER THE SACRIFICE OF THE BRAZILIAN POPULATION

**ABSTRACT:** The overvalued self-image of the military is shaped by their training and symbolic practices, which guarantee them privileges over civilians. The Armed Forces (AF), modernized under a dependent capitalism, face identity dilemmas that lead them to intervene in issues such as public safety and health, supported by a National Defense Policy (NDP) that sees both external and internal threats. During the Covid-19 pandemic, the FA faced tensions with the Federal Government (FG) when they supported decisions that minimized the seriousness of the health crisis, such as the

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

appointment of General Pazuello to the Ministry of Health, who adopted a submissive stance to Bolsonaro's denialist guidelines, in contrast to his predecessors. In addition, Vice President Mourão prioritized the allocation of resources to the Air Force, even after the respirator crisis in Manaus. Relatives of military personnel have also been implicated in fraud related to emergency aid and delays in the purchase of vaccines. The qualitative research conducted involved the analysis of academic articles, journalistic documents and public archives, revealing that the FA chose to maintain their privileges and self-image, contributing to a policy that exposed the population to risk. The research is part of Defence Studies, highlighting relations between civilians and the military, the militarization of politics and continuous military intervention, which perpetuates colonial interests and prevents Brazil's independent social development.

**Keywords**: armed forces, covid-19 pandemic, bolsonaro government, self-image, military privileges.

## INTRODUÇÃO

Segundo Domingos Neto (2023), o militar possui, em razão de sua formação, alimentada por práticas de cargas simbólicas, uma autoimagem que o supervaloriza em detrimento do "paisano" e o garante privilégios. A modernização das Forças Armadas (FA), construída sob dominação do capitalismo dependente, aprofunda dilemas identitários e os leva ao intervencionismo em assuntos como Segurança Pública, infraestrutura, educação civil e saúde, apoiando-se em uma Política Nacional de Defesa (PND), em que a ameaça é tanto externa, quanto interna, transformando qualquer atuação das FA junto ao Governo Civil em "operação", implicando em uma tática específica de tratamento dos problemas de ordem pública.

Benedict Anderson (2011) questiona a necessidade de FA grandes e caras, especialmente em países como o Brasil, e sugere que os militares reflitam sobre seu papel histórico e suas obrigações para com a nação, considerando a possibilidade de que se tornem mais preocupados com seus próprios interesses do que com os da população. No contexto brasileiro, isso se refere à constituição de uma "contra-elite" militar (Carvalho, 2019), portadora de um transtorno de personalidade funcional (Domingos Neto, 2023).

Nesse caso, a tensão que se estabeleceu, no contexto pandêmico entre FA e Governo Federal (GF), é a de adesão das FA às decisões governamentais sobre a pandemia, apesar de ter como argumento a Defesa Nacional. Em um governo que negou e minimizou a gravidade da Covid-19, atrasando, por exemplo, compras de vacinas e ignorando a crise de respiradores em Manaus. Nesse

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

sentido, surge a questão: *o que as FA foram capazes de sacrificar para manter seus privilégios e sua autoimagem durante a pandemia da Covid-19?*

Com o intuito de compreender em que se baseia a conduta das corporações militares diante da sociedade civil, foram consultados documentos oficiais do Ministério da Defesa para, inicialmente, observar o discurso oficial do Estado a respeito do funcionamento e das diretrizes institucionais a que as FA respondem em responsabilidade. Desse modo, nossa pesquisa encaixa-se nos Estudos de Defesa das FA brasileiras, sobretudo suas estratégias contemporâneas. A pesquisa também versa sobre as relações entre civis e militares na democracia e nos regimes autoritários, mostrando as ações e omissões das FA no combate à pandemia, e como esse fenômeno colabora para apreender as pautas pertinentes às corporações, sendo um tema bastante atual e que ainda repercute nas esferas políticas e sociais da atual conjuntura política do Brasil.

Lançando luz também à militarização da política brasileira nos últimos anos, fenômeno crescente junto à chegada da extrema direita ao poder, mas compreendendo não ser um fenômeno surgido exclusivamente na contemporaneidade. Isto pois a constatação da intervenção militar na política remete, na historiografia brasileira, desde o período colonial, com grande ênfase durante o império e perpetua-se na história republicana, promovendo valores e interesses supostamente nacionais como ocorreu durante o regime militar. Todavia, observa-se traços de exaltação ao legado colonial, prejudicando o desenvolvimento social não dependente do Brasil, fazendo uso da PND como meio de legitimar intervenções, dado que argumentam combater ameaças não só externas como também internas, sob o amparo da definição de sua funcionalidade, por via da constituição, à defesa da Pátria e a preservação da lei e da ordem.

Desenvolvemos uma análise qualitativa, realizando pesquisa de estado da arte, de artigos acadêmicos dos últimos cinco anos, sobre o tema em questão, desenvolvemos revisão de bibliografia recente, como a obra de Domingos Neto (2023), sobre as instituições militares e sua relação com a política, com ênfase no Exército, dada sua posição de destaque entre as Armas; a participação das FA durante o Governo Bolsonaro (2019-2022); e a atuação das FA durante a pandemia da Covid-19. Assim como também foi executada uma análise documental de fatos jornalísticos, consultando livro de Amado (2022) em que reconstrói a atuação negacionista e "caótica" do governo Bolsonaro durante a pandemia, além de outras matérias do período pandêmico que envolviam a relação entre os militares e a política institucional, em sites de veículos de notícias de reputação confiável.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

Consultamos também arquivos públicos oficiais de Estado, o Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro, e tendo como principais fontes os informes temáticos sobre a atuação dos militares no governo Bolsonaro, do Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, mostrando que o combate à pandemia foi tratado como operação militar e não como política pública, e como isso impacta a maneira como as FA decidiram lidar com a pandemia, em uma contradição que esteve entre fazer planejamentos independentes e/ou subordinados ao mando do Governo Federal. Também consultamos as teses e as dissertações da Biblioteca Digital do Exército, assim como utilizamos o portal do Ministério da Defesa, para consulta da versão oficial/institucional do sistema de defesa brasileiro.

## 1. A FORMAÇÃO DA AUTOIMAGEM MILITAR NA HISTÓRIA BRASILEIRA

O militar possui uma autoimagem supervalorizada em detrimento do "paisano", ou seja, o cidadão comum, o civil. Isto em razão de sua formação constantemente alimentada por práticas e cargas simbólicas, elementos estruturantes de uma iconografia pensada ainda na fase de invenção das tradições da caserna. A sociedade e o Estado necessitam destituir o militar de sua condição auto-outorgada de tutor dos interesses nacionais e da conduta patriótica e do civismo. Pois para o militar, isso legitimaria sua ação de insubordinação e quebra das normativas democráticas, e que subordina a sociedade aos interesses estrangeiros. Por conta desses fatores, Domingos Neto (2023) argumenta que as biografias dos oficiais desvendam o mundo de narcisos adestrados para o abate de semelhantes.

No Brasil, o sistema colonial-escravista e a manutenção de seu legado são inseparáveis do monopólio do uso da força. A cruz, o canhão e o arcabuz sustentavam a empresa colonial dos lusitanos nas Américas. Parte do esforço do empreendimento rendeu o desenvolvimento de navios de guerra e armas de fogo, o combate e submissão de povos originários, escravizou pessoas negras, estimulou a concentração fundiária através da garantia do direito à propriedade ao colonizador. Neste papel, atuaram as forças de terra e naval, que garantiram a soberania do monopólio real português diante de outras potências europeias e possibilitou a atuação de uma cartografia, o desenvolvimento técnico-científico e a proteção dos administradores da colônia (Domingos Neto, 2023).

Visando estabelecer um panorama histórico da formação da conduta intervencionista dos militares, Domingos Neto (2023) remonta ao Brasil Império. Com o retorno de Dom Pedro I à

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

governança em Portugal, houve uma desarticulação do Exército e a criação da Guarda Nacional. Isso se deu pela aposta do partido liberal em criar uma força militar forte e subserviente ao próprio partido, em 1831, para isso desmobilizou o Exército e reduziu seu efetivo. Após este evento, a Arma só se reestruturou a partir de 1837 sob a chancela do partido coonservador que ascendeu à Regência.

O Exército desenvolveu um espírito crítico e reivindicatório, como uma reação à marginalização política e social imposta pelas elites dominantes. O sentimento de repulsa pelos valores burgueses, que desprezavam o castrense como um parasita social, contribuiu para o crescente engajamento dos militares em causas "revolucionárias". A caserna, que uniu as fileiras em sua inquietude ao descaso sofrido, encontrou seu espírito na disciplina de Caxias, o soldado exemplar, e sua doutrina em Deodoro da Fonseca, um rebelde de ascendência militar. A questão militar, agora ligada ao abolicionismo e à República, se consolidou com Deodoro e Benjamin Constant como líderes, firmando a doutrina do soldado cidadão e rompendo restrições à conduta política dos oficiais. Nessa ambiência, o marco histórico da Independência do Brasil pode ser visto, à luz do colonialismo português, como uma engenharia burocrática que manteve as estruturas de dominação intactas, mesmo após a independência, com falta de demanda popular e de opinião pública, conforme o princípio de "mudar para que nada mude" (Faoro, 2001).

Devemos destacar que o processo de politização das FA, especialmente do Exército, consistiu tanto em uma disputa interna de interesses e hierarquias quanto em uma interação externa com as demandas políticas, sociais e econômicas da sociedade civil, em consonância com os propósitos do Império. As manifestações públicas do Exército levaram à formação do Clube Militar em 1887, junto com a apresentação do manifesto abolicionista. O que resultou  da formação de "contraelites" militares ainda em 1850 (Carvalho, 2019), que se configuram como social e intelectualmente distintas da elite civil, e insatisfeitas com sua posição na hierarquia de poder.

No entanto, sua maior projeção ocorreu com a derrubada do Império e a proclamação da República, em 1889. Esse antagonismo se manifestava não só na relação com a sociedade civil, mas também no interior da instituição. A República representou um fortalecimento da crescente disputa de facções político-militares e conflitos hierárquicos dentro dos quartéis, como a rivalidade de paradigmas disciplinares.

Assim, entendemos que as FA não se constituíram como um bloco homogêneo de pensamento e produção intelectual e política. Revoltas como a da Chibata, em novembro de 1910,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

foram vistas como uma ameaça à organização das FA. Isso foi associado a deficiências na profissionalização dos oficiais, precariedade das condições operacionais e negligência das demandas corporativas dos integrantes, principalmente de baixa patente. Como reação, foram tomadas ações para afastar a Escola Militar das influências civis e de movimentos considerados subversivos. Contudo, nos anos seguintes, ainda ocorreram manifestações como a Revolta dos Sargentos em 1915 e 1916 e o tenentismo que marcou os anos 1920 (Sampaio, 2021).

Entre 1922 e 1924, o movimento tenentista levantou bandeiras que representavam supostas demandas e debates das classes médias, como moralidade pública, combate à corrupção, democratização e o sufrágio. Este movimento se destacou por ser composto por um grupo de oficiais que não foram afetados pela influência da Missão Militar Francesa (MMF), implementada em 1919, com o objetivo de modificar as estruturas de profissionalização.

Todavia, a MMF é fundamental para compreender a modernização das FA e sua relação com a constituição de um capitalismo dependente. A doutrina militar é um conjunto de orientações para a organização, planejamento e emprego de instrumentos militares. O exército brasileiro não possuía uma doutrina formal antes de 1920. A perspectiva francesa do colonialismo influenciou a doutrina do Estado-Maior assumindo a postura ideológica vigente. Além de um aperfeiçoamento tático e doutrinário, recrutamento e disciplina interna, que implicou em uma substituição de princípios organizacionais inspirados no modelo prusiano, a MMF chefiada por Maurice Gustave Gamelin, tinha como missão promover avanço técnico-científico nas FA brasileiras, literalmente tornando-as mercado consumidor da indústria bélica francesa e minando a concorrência das indústrias italiana, inglesa e alemã (Domingo Neto, 2007).

Nesse contexto, observamos uma modernização das FA atrelada à ascensão do capitalismo dependente[1]. Após a desagregação do antigo sistema colonial, as nações europeias (especialmente a Inglaterra) focaram no comércio ao invés da produção local, ocupando o vácuo deixado pelo sistema colonial. Este período de neocolonialismo caracterizou-se por uma dominação indireta, através de controle comercial e financeiro, sem a presença massiva de poderes imperiais. O controle

[1] Segundo Florestan Fernandes (1973), capitalismo dependente pode ser definido como um sistema de dominação externa organizado internamente, através do transplante de tecnologia e instituições, suprimento de capital externo e controle financeiro. Na América Latina, a industrialização e modernização não estabeleceram uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização. A inovação parece ser a regra, mas se incrusta em uma realidade sócio-econômica que não se transformou essencialmente, mantendo a degradação material e moral do trabalho e o despotismo nas relações humanas.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

de mercados latino-americanos era acidental, pois as ex-colônias careciam de recursos para produzir bens importados e estavam interessadas na continuidade da exportação. Esse período impulsionou a emergência dos mercados capitalistas modernos nas ex-colônias (Fernandes, 1973). O militar moderno em um contexto de dominação, torna-se dependente de fornecimento e instrução externa, o que para Domingos Neto (2019) representa o estímulo às condutas neocoloniais e ególatras.

Nos anos subsequentes a MMF, especificamente as décadas de 1930 e 1940, foram marcados com exemplos do posicionamento intervencionista das FA. O projeto do intervencionismo controlador consistiu em interferência estatal, ênfase na defesa externa e na segurança interna, atenção ao controle civil e preservação de uma suposta unidade nacional, incentivo ao industrialismo nacionalista e o estreitamento das relações da liderança das FA com o Estado (Carvalho, 2019).

O golpe civil-militar de 1964 no Brasil teve como um dos seus principais atores internacionais o Banco Mundial (Bird). Criado em 1944 nos Estados Unidos, o Bird operava, alinhado aos interesses econômico-políticos norte-americanos, moldando prioridades sociais e políticas públicas nos países onde atuava. Esse período histórico mostra como o Brasil se alinhou aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos, integrando-se ao esforço global de combate ao comunismo e submetendo-se às pressões de instituições financeiras internacionais (Sampaio, 2021).

Baseando-nos nas considerações de Domingos Neto (2023) e no histórico aqui exposto, podemos compreender que a ruptura dos militares com a sociedade civil é um sintoma de seu grande mal: uma crise identitária funcional. O militar não sabe sua função, confunde a necessidade de defender a nação de toda e qualquer ameaça externa com o controle interno, e volta suas armas compradas da indústria bélica estrangeira, contra o inimigo interno, seus próprios compatriotas. Sem saber quem é, e com uma autoimagem egocêntrica, o militar recusa-se à subalternidade, não se submete à sociedade civil, pois se enxerga como moralmente superior ao político, ao empresário, ao jurista e ao burocrata. E na busca de preservar seus próprios privilégios visa autonomia, participação política e tomada de decisão sobre o que compete ao ofício da guerra e acolhe diferentes ideologias, desde que estejam alinhadas à hegemonia internacional.

## 2. O COMBATE À PANDEMIA COM CARÁTER DE "OPERAÇÃO" DE DEFESA NACIONAL

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

O Estado é composto por território, povo e leis, com governos próprios e independência nas relações externas. A segurança de um povo vai além da proteção contra ameaças externas; ela abrange áreas fundamentais como a saúde pública. A saúde é um componente crucial para que os indivíduos não se sintam expostos a riscos ou ameaças, o que inclui não apenas a proteção contra ataques, mas também contra epidemias, pandemias e desastres naturais. De acordo com Pereira (2021, p. 42) as FA, principal instrumento da Defesa Nacional, muitas vezes se envolvem em ações que se sobrepõem a outras áreas governamentais, como a Saúde Pública. Segundo o autor, a relação entre Defesa Nacional e Saúde Pública é uma faceta essencial e muitas vezes negligenciada da segurança de um Estado. Essa conexão pode ser compreendida a partir de diversas perspectivas, incluindo a necessidade de proteger a população contra ameaças à saúde e a utilização das FA em situações de emergência sanitária.

Podemos observar esse plano de análise sob o olhar de Weber (1982), que indica a influência emocional na construção imagética de uma "nação", não tendo esta, restritamente, uma origem econômica, mas também baseada em sentimentos de prestígio, profunda e frequentemente difundidos entre as massas pequeno-burguesas, que alcançaram relevante posição de poder nas organizações políticas históricas. Tal apego ao prestígio político pode se fundir com uma "crença" específica na responsabilidade das grandes potências pela forma como o poder e o prestígio são distribuídos entre essas comunidades políticas. Por conseguinte, os grupos que obtêm o poder de determinar uma conduta comum dentro de uma estrutura política serão fortemente impregnados desse fervor ideal de prestígio pelo poder. Permanecendo, assim, como os portadores específicos e mais fidedignos da ideia do Estado como uma forma de poder imperialista.

Partindo dessa interpretação, fração do prestígio das FA está na sistemática de produção de conhecimento científico e de inovação tecnológica, visando renovação de armas, equipamentos, meios de locomoção, instrumentos de observação e comunicação, serviços médicos e organização logística. Essa modernidade da corporação, atrelada à herança sócio-histórica nacional de dominação colonial, é um dos fatores basilares dos dilemas identitários dos militares. Sua faceta tecnocrática implica em reforço de uma autoimagem de superioridade, e em um patriotismo castrense baseado em consolidação de prestígio e de poder, que se apoia no combate de ameaças civis à hegemonia da corporação, em uma conduta narcísica que idealiza um modelo de sociedade digna de si (Domingos Neto, 2019).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

Por outro lado, "quem controla a Defesa, controla o Estado e tenta impor sua vontade à sociedade" (Domingos Neto, 2023, p. 111). A partir desse princípio reflexivo, nos deparamos com uma problemática pertinente à questão militar: a preservação e definição de sua funcionalidade. O ofício do guerreiro está atrelado ao pensamento e a efetiva ação da proteção da soberania nacional. Deste modo, as Políticas de Defesa devem ser estabelecidas pela sociedade civil, dado que o militar não pode exercer tomada de decisão sobre aquilo que compete à funcionalidade da instituição. Assim deve ser, segundo Domingos Neto (2023), posto que a posição da caserna consiste em um princípio de subalternidade à sociedade civil. Do mesmo modo, o autor reforça que a formação militar não qualifica os oficiais ao debate político, pois estes não são preparados à livre expressão. O comando das FA não deve oferecer espaço para questionamentos, atos que na perspectiva doutrinária e disciplinar das fileiras representam insubordinação.

Consequentemente, a ideia de unidade faz das corporações um coletivo tecnocrático e de uso instrumental. Todavia, como podemos observar, há autonomia das corporações para intervir em assuntos políticos, possibilidade legitimada pelo artigo 142 da Constituição Federal de 1988 que define

> As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (Brasil, 2024).

Determinar que compete aos militares a "defesa da Pátria", estabelece espaço para manobra política. Isso associa às corporações a tarefa de tomada de decisão quanto aos assuntos de Defesa, e lhes concede a possibilidade de reivindicar poder, ou instrumento para tal. Há uma quebra com o princípio da soberania da sociedade sobre os militares, e segundo Murilo de Carvalho (2019), se configura como campo para a atuação intervencionista dos oficiais. A autoimagem dos militares apresenta a capacidade de se manter funcional, independentemente da ordem social estabelecida, assim como podemos observar na trajetória das corporações. Sob o argumento legítimo de defesa da nação, as FA justificam sua existência e funcionalidade, engajando-se em um suposto processo de modernização, ideário presente no Manual de Fundamentos do Exército:

> A priorização e integração dos setores governamental, industrial e acadêmico, vocacionados para a ciência, tecnologia e inovação (CT&I), são essenciais para assegurar que o atendimento às necessidades de produtos de defesa seja apoiado em tecnologias críticas sob domínio nacional, visando à autonomia tecnológica do país. Um eventual aumento da defasagem tecnológica e da escassez de recursos de poder militar limitará o peso estratégico e a autonomia do Estado brasileiro no âmbito internacional (Brasil, 2023, p. 1-2).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

Absconso, um intento de garantir recursos para a manutenção de privilégios, ou nas palavras de Weber (1982), "prestígio" e "poder". A "contraeleite" militar em sua crise funcional identitária, busca preservar sua posição e *status*, reivindicando para si atuação em campos fora da sua competência – inclusive competência legal – argumentando que "Cabem às FA, como instituições de Estado, a Defesa da Pátria, a Garantia dos Poderes Constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da Lei e da Ordem" (Brasil, 2023, p. 2-1).

### 2.1 As Forças Armadas, a Operação Covid-19 e suas contradições

Ao lançarmos olhar sobre o contexto pandêmico, podemos observar que a "Operação Covid-19", lançada pelas FA brasileiras desempenhou um papel crucial no suporte logístico-operacional e em atividades humanitárias em resposta à crise sanitária. Sob a alcunha de "Operação Regresso", em fevereiro de 2020, a Força Aérea Brasileira (FAB) resgatou 34 brasileiros isolados em Wuhan, na China (Bigatão; Silva; Vieira, 2021), demonstrando certa autonomia das FA na formulação de ações no combate à pandemia.

Para Santos (2021), a participação do Ministério da Defesa e das FA na Operação Covid-19 foi uma das maiores operações militares de apoio à Saúde Pública. Desde a fundação da nação, as FA têm cumprido um papel fundamental na defesa e conservação da ordem, apoiando o país na guerra, na repressão de revoltas internas e no socorro a desastres naturais. Além disso, sua atuação é embasada em um corpo jurídico que supostamente orienta suas ações de acordo com os interesses sociais e a manutenção da democracia.

Não obstante, a questão aberta, durante a pandemia de Covid-19, com relação das FA e sua atuação no combate à emergência sanitária internacional, foi o envolvimento direto de certos militares da ativa com políticas do Governo Federal da época, sob direção do ex-presidente – e ex-militar – Jair Messias Bolsonaro, que iam de encontro ao que era mais recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no combate à disseminação do novo coronavírus, enquanto não existia vacina plenamente desenvolvida e aprovada por instituições científicas de referência mundial, para imunização contra o vírus[2]. Nesse sentido, há uma ruptura da autoimagem, construída

[2] Referimo-nos às recomendações da OMS a restrição da circulação de pessoas, o fechamento temporário do comércio, a obrigação do uso de máscara em locais de uso coletivo e o constante estímulo à lavagem das mãos. Para conferir o histórico e as medidas sanitárias atualizadas de combate à circulação do Sars-Cov-2 pela OMS, cf. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Más información sobre la pandemia de COVID-19**: Coronavirus: prevención. Online: OMS [2024]. Disponível em: https://www.who.int/es/health-topics/coronavirus/coronavirus#tab=tab_2. Acesso em: 28 ago. 2024.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

pelos militares, de não se envolverem com a política institucional – visto que o militar que queira adentrá-la precisa ir para a reserva antes de assumir cargos públicos, como está previsto pelo artigo 142 da Constituinte –, ainda mais com políticas que levaram muitos brasileiros à exposição ao SarS-Cov-2, ficando diante da possível contaminação, que poderia levá-los à morte.

A forma contraditória como o ex-ministro da Saúde gen. Eduardo Pazuello referia-se às recomendações oficiais do Ministério da Saúde para o uso de cloroquina revela como sua atuação foi o ponto de tensão central na relação entre FA e Governo Civil. Pois ao afirmar que estava sempre às ordens do presidente da República – "Um manda e outro obedece"[3] –, afirmou categoricamente, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia que o presidente não o mandou recomendar o uso de cloroquina contra a Covid-19.

A contradição visível em seu depoimento entra em choque quando havia notas oficiais, do Ministério, recomendando o medicamento contra a Covid-19[4], sob sua direção. Nesse sentido, o ministro estaria quebrando com a ordem do presidente, numa relação em que "um manda e outro obedece". A partir desta declaração, só seria possível inferir que o presidente mandou diretamente o ministro recomendar cloroquina. Portanto, ou o ministro mentiu aos senadores – sob juramento de não mentir, na comissão, sob punição de prisão em flagrante – ou não está seguindo as ordens do presidente.

Nesse sentido, para não se indispor com o líder do Executivo, nem com a instituição militar, a tática discursiva utilizada por Pazuello foi relegar a responsabilidade para fora da atuação do Governo Federal, afirmando que a notas de recomendação de cloroquina no site oficial do Ministério da Saúde estavam baseadas na recomendação do Conselho Federal de Medicina (CFM) em que dava "autonomia aos médicos utilizarem tais medicamentos, inclusive a hidroxicloroquina, a cloroquina de forma *off-label*[5]" (Senado Federal, 2021), ou seja, a responsabilidade, na recomendação do medicamento fora posta na conta da "autonomia médica", sob responsabilização também do paciente que recebera o medicamento, visto que tinha de assinar um termo aceitando seu uso, conforme as notas indicadas no Ministério. Assim, Pazuello tanto retirou, retoricamente, uma

[3] Frase dita por Pazuello em transmissão ao vivo, em rede social, com Bolsonaro ao seu lado, como referência ao cumprimento direto de ordens do ex-presidente e sua subordinação a essas ordens (Amado, 2020).
[4] Como a Nota Informativa de número 17, de 30 de julho de 2020, que, por sua vez,veio substituir a Nota Informativa nº 11, que veio a substituir a de nº 9 (Senado Federal, 2021).
[5] "Podemos definir mais precisamente a prescrição off-label ou não licenciada como a prescrição de medicamentos ou de produtos correlatos para indicações, usos e finalidades distintos daqueles constantes na bula aprovada pela autoridade sanitária competente" (Nobre, 2013).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

responsabilidade sua, enquanto general do Exército, para preservar a autoimagem da instituição, ao mesmo tempo que seguiu a linha do presidente em apostar da desresponsabilização do Governo Federal com a emergência sanitária, atomizando a responsabilidade pública para os médicos e os cidadãos.

Ademais, a atuação das próprias FA torna-se dúbia no enfrentamento à pandemia. Isto porque, por mais que a instituição queira afastar a imagem de seus membros da ativa do Governo Civil, ainda estão subordinados, institucionalmente, à esse governo, tendo de cumprir, por exemplo, pedidos de fabricação de cloroquina para ser utilizada no combate à Covid-19, pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEx), mesmo sendo um medicamento já com comprovação de ineficácia contra a doença. Os dados também foram trazidos no relatório final da CPI da pandemia:

> Conforme coordenação entre Ministério da Defesa e o Ministério da Saúde, inicialmente foram distribuídos, um milhão de comprimidos de cloroquina 250 mg, produzidos pelo LQFEx para atender a pauta definida pelo Ministério da Saúde, conforme solicitação contida no Ofício 150/2020/CGAFME/DAF/SCTIE/MS, de 13 de abril de 202085, e Ofício nº 167/2020/CGAFME/DAF/SCTIE/MS, de 28 de abril de 202086, que determinou a distribuição de 830.000 e 170.000 mil comprimidos de cloroquina 150 mg, respectivamente, somados (Senado Federal, 2021, p. 113).

É visível que houve uma grande demanda. E tanto o ex-ministro gen. Eduardo Pazuello, quanto o ex-primeiro secretário cel. Élcio Franco, do Ministério da Saúde, ao serem questionados na comissão o motivo da solicitação de tantos comprimidos de cloroquina ao LQFEx, ambos alegaram que se tratava de um medicamento que os médicos estavam utilizando contra a Covid-19 e que por isso era necessário ter um grande estoque da medicação. Em janeiro de 2021, Pazuello lançava em Manaus, no estado Amazonas, o aplicativo *TrateCov*, que recomendava, sem receita e consulta médica, cloroquina caso o paciente apresentasse sintomas similares à Covid-19[6], em um período de crise de respiradores que a cidade passava, levando milhares de adoecidos à morte. Período esse comprometedor sobremaneira à figura de Pazuello, o qual assumiu a pasta da Saúde, sendo indicado por Bolsonaro como especializado em logística pelo Exército brasileiro, pois suas justificativas, à CPI, sobre o ministério não ter enviado cilindros de oxigênio à cidade de Manaus, todas as vezes alegou haver dificuldade para a logística do transporte de oxigênio (Senado Federal, 2021), ou seja,

[6] Cf. GARCIA, Lara Pinheiro e Mariana. **Aplicativo do Ministério da Saúde recomenda tratamentos que não funcionam para Covid-19**: pasta lançou o "TrateCOV", que recomenda que médicos e enfermeiros deem "tratamento precoce" contra a Covid. Medicamentos indicados já tiveram sua ineficácia contra a doença comprovados. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/20/aplicativo-do-ministerio-da-saude-recomenda-tratamentos-que-nao-funcionam-para-covid-19.ghtml. Acesso em: 17 ago. 2024.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

comprometeu tanto sua imagem como alguém supostamente especialista no tema, quanto a autoimagem do Exército, ao sugerir, por sua má gestão, que na instituição não oferece boa formação na área em que dizia ser especializado.

As FA andaram na berlinda para manter as aparências de uma instituição que emanava honra e seriedade – como autoimagem construída no interior da caserna – durante a pandemia, pois estiveram envolvidos muito diretamente com as políticas governamentais do Governo Federal, assim como em suas irregularidades. Pode-se citar um outro exemplo, para além da produção de cloroquina pelo LQFEx, o cadastro à plataforma do benefício governamental Auxílio Emergencial e o recebimento desse benefício, por parentes e familiares de primeiro grau de militares, sendo estes da ativa ou da reserva (Amado, 2022).

Dado o exposto, o convênio do laboratório do Exército com a produção de cloroquina e a irregularidade supracitada sobre o recebimento indevido do Auxílio Emergencial revelam o objeto que foi sacrificado pelas Forças Armadas, no período da pandemia, para manter seus privilégios: a própria população brasileira. Pois esta foi vítima de experimentos biopolíticos e necropolíticos promovidos pelo Governo Federal, da época, como atestam Bolaño e Zanghelini (2022) ao analisarem, por exemplo, o atraso na compra de vacinas como um experimento político que, ao se apoderar da vida da população brasileira, expôs milhares de pessoas ao risco de morte. Ou quando o presidente alegava estar de "mãos atadas" pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, intencionalmente, recusando-se a adotar medidas sanitárias de contenção ao novo coronavírus, como observou Caponi (2020). Nesse sentido, munidos de submissão institucional ao Governo Civil e relativa autonomia interna de suas operações, as FA atuaram de modo dúbio, mas sempre buscando nas suas ações manter seus privilégios e lugares de poder. Pois, ao mesmo tempo em que no Ministério da Saúde vários servidores civis foram substituídos por militares, era esse mesmo ministério, chefiado também por militares, que comandou o experimento necropolítico do *TratCov* em Manaus, em meio à crise de respiradores: nenhum militar perdeu seu posto, ou foi afastado. Além disso, nas irregularidades com relação ao recebimento indevido do Auxílio Emergencial por famílias de militares, após o escândalo na mídia, muitas dessas famílias deixaram de receber o auxílio, mas ninguém foi investigado (Amado, 2022).

Tais fatores demonstram que a atuação dos militares na Saúde Pública , durante a pandemia de Covid-19, funcionou como uma operação de interesse em manter os privilégios da corporação

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

em detrimento do que era feito ou deixado de fazer por parte do Governo Federal, com os perigos de contaminação e adoecimento da população brasileira.

Tamanha conduta se fez possível através do que Winand e Saint-Pierre (2007) reconheceram como fissuras no aparato político. Essas fendas servem como campo de ação das FA, causando fluxos e fortalecendo disputas de protagonismo político pelos militares. Esses vazamentos ocorrem através da imprecisão constitucional sobre o papel das FA; a apropriação dos militares da legítima tomada de decisão sobre a Política Nacional de Defesa (PND), possibilitando as FA a execução de tarefas que não são de sua especificidade; baixa atuação de profissionais civis no comando do Ministério da Defesa; o deliberado desinteresse e afastamento da sociedade civil das decisões relativas à Defesa Nacional, preservando acordos de "convivência" e pactos informais com os militares, por temor traumático do intervencionismo castrense; o latente desinteresse e falta de planejamento quanto à questão militar por políticos que se abstém, talvez por igual temor ao "braço forte", de formular proposta às políticas de defesa.

O governo Bolsonaro gerou fendas ainda maiores, fortaleceu a moral dos quartéis, abrigou generais e tecnocratas em suas pastas ministeriais, ampliou a educação civil-militar, e inflou o ego das corporações. Como consequência, assistimos essas fissuras se tornarem uma grande infiltração dos militares do castro ao interior das instituições públicas. Na busca de transformar políticas públicas em processos que levem a operações táticas com amplo uso das fontes materiais e intelectuais das FA, fortalecendo seus já opulentos recursos financeiros e seguindo interesses próprios e corporativistas para manter seus privilégios e autoimagem. E a pandemia da Covid-19 demonstrou como até mesmo a população brasileira, a qual deveria ser guardada pelas FA foi o alvo mais atingido pelas operações da corporação ao lidar com o descaso do GF da época e ser cúmplice no sacrifício do povo brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os militares foram capazes de se omitirem, ao apoiarem decisões do Governo Federal que levaram à morte milhares de brasileiros, vítimas da Covid-19. Como a efetivação do gen. da ativa Eduardo Pazuello para assumir o Ministério da Saúde, o qual adotou uma postura submissa às decisões negacionistas de Bolsonaro, ao contrário de Mandetta e Teich que antes ocuparam a pasta,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

os quais foram expulsos, por exemplo, por se recusarem a recomendar oficialmente a cloroquina como medicação contra a Covid-19, ação tomada por Pazuello. Além de prosseguir uma gestão desastrosa do ministério, passando vexames nacionais ao não conseguir planejar uma logística eficiente para enviar respiradores à cidade de Manaus, no estado do Amazonas, em meio à sua maior crise de Covid-19, em janeiro de 2021, mesmo tendo sido indicado ao cargo de ministro por sua experiência em logística no Exército, levando à crise de respiradores na cidade, decorrendo em milhares de mortes de cidadãos e cidadãs.

Outrossim, a resposta do Vice-Presidente da República, gen. Amilton Mourão, à mídia, sobre a crise de respiradores, aproveitando-se das mortes dos civis para exigir aumento de recursos para investimentos na produção de aviões da Força Aérea (Amado, 2022), ou seja, não se tratou apenas de manutenção de privilégios e recursos públicos, mas também aumentá-los em detrimento das mortes dos cidadãos brasileiros. Além da polêmica de parentes de militares receberem indevidamente auxílio emergencial e estarem ligados ao atraso na compra de vacinas (Idem). Quase nenhum militar foi investigado pela Justiça Civil, ou sequer sofreu processo disciplinar interno. Foi observado, assim, que o comportamento das FA dobrou-se para manter, e aumentar, os próprios privilégios, na tensão entre turvar a própria autoimagem perante a população e a opinião pública, contribuindo ou sendo omissos à uma política governamental que expôs milhões de cidadãos ao contágio com o novo coronavírus. Marcando um *modus operandi* no comportamento das FA, na história da instituição, ao lidarem com as demandas do Governo Civil e os interesses particulares da cúpula militar. Estorvamento esse à autoimagem dos militares perante a opinião pública comparável ao obnubilamento da instituição pós-Golpe de 1964 e a tensa memória da Ditadura Civil-Militar.

Domingos Neto (2023), compreende que a sociedade e o Estado necessitam destituir o militar de sua condição auto-outorgada de tutor dos interesses nacionais e da conduta patriótica e do civismo. Pois para o militar, isso legitimaria sua ação de insubordinação e quebra das normativas democráticas. Seus interesses particulares oferecem desestabilidade à coesão nacional, e configuram uma estruturação das FA que abrigam ao seu contingente recrutamentos endógenos, levando a uma exacerbada aristocratização dos militares; dilatação à sociedade civil da disciplina militar e dos valores peculiares ao castro, por meio de sistemáticas de ensino civil-militar; propagandismo apelativo à simpatia popular; e a associação pela sociedade civil da "carreira de Estado", à angariação de privilégios como condições jurídicas, de saúde, educação e especialização, e previdência apartados da ordem social comum. O militar não pode ser visto como um privilegiado, e deve-se exigir das

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

fileiras uma conduta de integral serventia à nação, sem desvios de sua funcionalidade, incapazes de intervir e gerir políticas públicas, e subordinados às diretrizes da Política de Defesa.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Guilherme. **Sem máscara**: o governo Bolsonaro e a aposta pelo caos. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 227-265.

ANDERSON, Benedict. Os militares e a nação. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 15–22, 2011. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/646. Acesso em: 20 de julho de 2023.

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). BIGATÃO, J. P.; SILVA, G. A.; VIEIRA, J. P. As forças armadas e a pandemia. **Informe Temático 2020**. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2021.

_____. (org). PENIDO OLIVEIRA, A.A.; ARAUJO, G.; MATOS, D.C. Militares no governo Bolsonaro. **Informe Temático 2020**. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2021.

BOLAÑO, César; ZANGHELINI, Fabrício. A desumanidade neoliberal não tem vacina: o vínculo entre negacionismo e neoliberalismo no governo Bolsonaro. **Revista Marx e o Marxismo**, [S.I.], v. 10, n. 19, p. 169-178, out. 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040 (EB20-MF-07.001), 1ª edição, 2023 (Aprovado pela Portaria nº 971-EME, de 10 de fevereiro de 2023)**. Brasília, DF: Comando do Exército, Estado-Maior do Exército, 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/003_manuais_carater_doutrinario/03_manuais_de_fundamentos/port_n_971_eme_10fev2023.html. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal, 2024. 498 p. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988 Acesso em: 20 de agosto de 2024.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 34, n. 99, p. 209-224, ago. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 119–156, 2007.

____. **O que fazer com o Militar**: anotações para uma defesa nacional. Parnaíba: Gabinete de Leitura, 2023.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

____. Sobre o patriotismo Castrense. In: Centro Sérgio Buarque de Holanda. **Perseu**: história, memória e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 18, 2019. P. 13 - 35.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GARCIA, Lara Pinheiro e Mariana. **Aplicativo do Ministério da Saúde recomenda tratamentos que não funcionam para Covid-19**: pasta lançou o "TrateCOV", que recomenda que médicos e enfermeiros deem "tratamento precoce" contra a Covid. Medicamentos indicados já tiveram sua ineficácia contra a doença comprovados. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/20/aplicativo-do-ministerio-da-saude-recomenda-tratamentos-que-nao-funcionam-para-covid-19.ghtml. Acesso em: 17 ago. 2024.

NOBRE, Patricia Fernandes da Silva. Prescrição Off-Label no Brasil e nos EUA: aspectos legais e paradoxos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 847-854, mar. 2013.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Más información sobre la pandemia de COVID-19**: Coronavirus: prevención. Online: OMS [2024]. Disponível em: https://www.who.int/es/health-topics/coronavirus/coronavirus#tab=tab_2. Acesso em: 28 ago. 2024.

PEREIRA, Germano Botelho. A Pandemia de COVID-19 e a Defesa Nacional: a crise sanitária como ameaça e seus reflexos para o Exército Brasileiro (2020-2021). 91 f. Orientação: Analucia Danilevicz Pereira. **Dissertação de Mestrado em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**, Rio de Janeiro, 2021.

SAMPAIO, Wesley Sousa. Narrativas em disputa: o revisionismo de 1964 e a memória da comunidade imaginada brasileira. Orientação: Mônica Dias Martins. 2021, 100 f. **Trabalho de conclusão de curso (GRADUAÇÃO) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Ciências Sociais**, Fortaleza, 2021.

SANTOS, Jorge Luiz Barbosa dos. A comunicação social aplicada às operações militares: o uso estratégico do twitter pela Marinha do Brasil como ferramenta de comunicação na operação COVID-19. 88 f. Orientação: CF (IM) Leonardo Freitas do Amaral. **Monografia de Curso Superior, Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira. A militarização do Ministério da Saúde no Brasil: passos rumo ao retrocesso em plena pandemia. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, [Online], v. 2, n. 29, p. 33-54, 23 ago. 2020.

WEBER, Max. Estruturas de Poder. In: _____. **Ensaios de sociologia**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982, p. 187 - 210.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. O legado da transição na agenda democrática para a defesa: Os casos brasileiro e argentino. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis (org). C**ontrole civil**

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9705

**sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp, e PUC-SP, 2007.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**
Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

**FINANCIAMENTO**:
Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS**:

José Pedro de Castro da Rocha: Conceitualização, Metodologia, Investigação, Escrita - Rascunho original, Escrita - Revisão e Edição.

Wesley Sousa Sampaio: Conceitualização, Metodologia, Investigação, Escrita - Rascunho original, Escrita - Revisão e Edição.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:**
As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar (quando isso se aplicar).

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER**:

José Pedro de Castro da Rocha
Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE); Vinculado ao Observatório de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (Observa Saúde - UECE).

Wesley Sousa Sampaio
Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE); Pesquisador do Observatório das Nacionalidades (ON - UECE).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.